

O DIREITO DE SONHAR ALTERNATIVAS

SERGIO FERRARI

Berna, Suíza - Buenos Aires, Argentina

Só “o direito coletivo de sonhar” pode ser tanto ou mais importante que os Direitos Humanos em sua concepção mais ampla – econômicos sociais, culturais e individuais. Este sonhar coletivo significa buscar alternativas: no micro, no macro, na prática social cotidiana, na elaboração de teorias que promovam o bem comum.

Terra, democracia social, ética coletiva

Marinaleda, com apenas 25 quilômetros quadrados e 3000 habitantes, é um lugar onde cada trabalhador ganha o mesmo, em torno de 1200 euros, por 35 horas mensais de trabalho. Neste pequeno município localizado na Andaluzia (Espanha), onde o desemprego afetava, em 2014, mais de 30% da população economicamente ativa, um governo de esquerda no poder por mais de 35 anos conseguiu consolidar um modelo alternativo de sociedade. Por 15 euros ao mês cada família tem acesso a uma moradia e a creche com uma cantina não custa mais de 12 euros mensais por criança.

A luta pela terra – ocupações, greves, protestos – impulsionou as conquistas sociais, exigindo paciência e criatividade, em uma região rural onde 2% dos proprietários possuem mais de 50% da terra.

A agricultura, ainda que importante, era insuficiente; contra o desemprego hoje inexistente em Marinaleda implementou-se uma fábrica local de embutidos com o Grupo Cooperativo Humar.

A “Utopia para a Paz”, tal como está escrito no escudo-logotipo deste local na Andaluzia, concretizou-se por meio de uma ampla participação que prega que “o poder não é neutro”, fundamentada em uma ética rigorosa, expressa, por exemplo, na renúncia dos membros do governo local a salários e abonos especiais.

Os “sem-terra” pensam na sociedade inteira

A quase dez mil quilômetros deste laboratório andaluz, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, que realizou em fevereiro de 2014 seu 6º Congresso com a participação de mi-

lhares de representantes e militantes, não deixa de exercitar cotidianamente seu “direito coletivo às alternativas”. Considerado um dos atores sociais mais importantes do Continente, promove a rede internacional *Via Campesina*, e integra, em torno da luta pela terra e pela reforma agrária, uma nova concepção de poder.

Em cada nova ocupação de terras improdutivas, como primeiro ato simbólico, constroem-se uma pequena escola para os filhos dos ocupantes. Toda mobilização rural busca conseguir uma aliança cidadã. Os cargos dirigentes são rotativos. Há um constante ir-e-vir da direção (coordenação) às bases e vice-versa. Não há nem presidente nem secretário geral, a direção é coletiva e descentralizada.

Um dos objetivos mais importantes para o MST é a soberania alimentar, o que implica confrontar o modelo produtivo do agronegócio com sua prioridade exportadora e denunciar ativamente os usos abusivos de agrotóxicos e transgênicos. Hoje, cada brasileiro consome anualmente em seus alimentos 5 litros de veneno. O confronto contra essa irracionalidade deve ser obra do conjunto da sociedade brasileira, incluindo também, segundo o MST, o debate sobre uma mudança de paradigma no campo e sobre um novo modelo de sociedade.

O MST já conseguiu que mais de 400 mil famílias obtivessem terra, apesar de outras 150 mil ainda esperarem em assentamentos. Centenas de cooperativas e associações nos assentamentos asseguram a produção de alimentos. Ele integra também – da mesma forma que a experiência andaluz de Marinaleda – o desenvolvimento da agroindústria, com quase uma centena de estabelecimentos em todo o país. *Os Sem Terra* contestam o modelo que considera a terra como uma simples mercadoria, o qual prega a monocultura, vê na agroexportação seu principal objetivo e despreza completamente a natureza, o meio-ambiente o solo e o próprio ser humano. O MST fortalece o paradigma da produção familiar agroecológica com o ingrediente necessário da agroindústria, já sendo, por exemplo, um dos principais produtores em desen-

volvimento contínuo de arroz orgânico certificado no Rio Grande do Sul. Também, milhares de toneladas de seus produtos agrícolas enriquecem – por meio de convênios – as merendas escolares de todo o Brasil.

As cidades do futuro

Porto Alegre, a capital do Rio Grande do Sul, elaborou o orçamento participativo como ferramenta de democracia direta. Era o ano de 1989 e o Partido dos Trabalhadores (PT) acabara de vencer as eleições municipais no município. Era um momento oportuno para submeter as prioridades financeiras e orçamentárias a um exercício gradual e paulatino de análise coletiva, através das assembleias de cidadãos que designam delegados e que, a partir de seus bairros e regiões, acabam por abarcar a cidade inteira.

A novidade da experiência do orçamento participativo seria o ímã que atraiu a convocatória nesta cidade do 1º Fórum Social Mundial, em 2001. Depois de 14 anos de existência e 9 reuniões centralizadas realizadas em 3 Continentes, o FMS transformou-se no espaço mais amplo com o qual a sociedade civil planetária organizada conta atualmente.

Pouco mais de 25 anos depois desta primeira experiência brasileira de orçamento participativo, mais de 1500 cidades do mundo inteiro das mais diversas dimensões – Brasília, Buenos Aires, Bolonha, Sevilha, Málaga, Portland, Ontário, Yokohama, etc – atualmente o praticam em diversas variações e modalidades.

Os urbanistas comprometidos socialmente, que nos últimos anos enriquecem conceitos e propostas, enfatizam que a cidade do amanhã está em construção. Os milhões que se encontram ameaçados pelos despejos urbanos – e o Brasil é um caso emblemático visível internacionalmente devido aos custos sociais implicados na construção dos estádios que acolheram a Copa do Mundo de 2014 – são parte de um conjunto. “Todo indivíduo deve apropriar-se do conjunto da cidade”, enfatizam esses urbanistas. Isso significa disputar espaços públicos, lutar por água potável, construção de escolas e creches, esgotos e transporte coletivo.

E neste marco, que alternativas proliferam no mundo em paralelo à agudização de tensões urbanas como resultado da concentração excessiva. Por exemplo, as mais de 250 *Community Land Trust*, estruturas coletivas de propriedade fundiária nascidas

nos Estados Unidos a partir dos anos 80 e que agora estão presentes até na China e na Índia. Ou então as cooperativas de propriedade em outras tantas cidades do mundo com a intenção de favorecer uma democratização do acesso à propriedade urbana com função social. No mesmo sentido existem propostas de agricultura urbana ou de periferias de cidades em expansão: hortas coletivas e outras iniciativas socio-culturais de bairro que desenvolvem paradigmas de pertença e apropriação cidadã.

Outro pensamento é possível

Nos últimos anos, por conta especialmente da exploração da participação indígena em novos processos políticos latino-americanos – como na Bolívia e Equador, por exemplo – foi constituindo-se a concepção do *Bem Viver* como uma alternativa ao desenvolvimento convencional, conceito próprio dos povos indígenas do Continente que ganha visibilidade política nas novas Constituições desses Estados andinos.

A nova relação com a *Mãe Terra*, a ruptura com a lógica antropocêntrica tão própria do capitalismo e do socialismo real, o questionamento de conceitos até agora intocáveis como os de desenvolvimento e crescimento, abrem um processo que estimula também no Norte reflexões interessantes. Por exemplo, teorias como as do decrescimento, ganharam espaço intelectual na França, Suíça e outros países europeus.

Sem subestimar a reflexão sobre o *ecossocialismo*, que na verdade não é nova, há certo frescor no debate atual em uma Europa golpeada pela crise profunda do pensamento social-democrata.

O movimento de ideias e práticas inclui também o nascimento de novas “teorias” como as do “bem comum” ou “bem público”, enquanto projeto econômico aberto a empresas que buscam implantar uma economia sustentável e alternativas aos mercados financeiros. Incorpora também as constantes reflexões sobre a comunicação alternativa como necessidade e condição ideológica para aproximar mundos, promover a conjunção de experiências, revitalizar o debate sobre conceitos e paradigmas.

Práticas locais, experiências globais, teorias reanimadas, novas formas de pensamento... Uma busca concreta, um zigue-zague propositivo, um exercício ativo do *cidadão global* para não negociar seu direito fundamental de sonhar.

